

**CICLO DE ESTUDOS SOBRE A REFORMA DO ESTADO**  
**Saudação ao Exmo. Sr. Ministro Antônio de Pádua Ribeiro**

Por delegação do Deputado Antônio Nominando Diniz Filho, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba e do Excelentíssimo Senhor Desembargador José Martinho Lisboa, Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, tenho a honra de passar a palavra ao Excelentíssimo Senhor Ministro **Demócrito Reinaldo** do Superior Tribunal de Justiça, que fará a apresentação do Excelentíssimo Senhor Ministro Antônio de Pádua Ribeiro, Presidente do Superior Tribunal de Justiça, primeiro expositor desta solenidade. (palmas)

#### **O SENHOR MINISTRO DEMÓCRITO REINALDO:**

Excelentíssimo Senhor Deputado Carlos Alberto Pinto Mangueira, Presidente desta sessão; Excelentíssimo Senhor Desembargador José Martinho Lisboa, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba; Excelentíssimo Senhor Ministro Antônio de Pádua Ribeiro, Presidente do Superior Tribunal de Justiça; Excelentíssimo Senhor Deputado Antônio Nominando Diniz Filho, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba; Excelentíssimo Senhor Desembargador Antônio de Pádua Lima Montenegro; Excelentíssimo Senhor Desembargador Plínio Leite Fontes; demais Desembargadores presentes; Senhores Ministros do Superior Tribunal de Justiça Edson Vidigal e Gomes de Barros; Senhores Juízes, Promotores, Advogados, estudantes de Direito, minhas senhoras e meus senhores:

Profundamente honrado com o convite do Desembargador José Martinho Lisboa, ilustre Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, embora acometido nos últimos dias, de uma crise de diverticulose e aconselhado pelos médicos à precaução do repouso, volto ao meu Estado impulsionado pelo nobre dever de solidariedade com o chefe do Poder Judiciário local, a quem admiro e respeito pelas virtudes que lhe ornaram como magistrado e como cidadão.

E se o convite é para participar de um ciclo de estudos sobre a Reforma do Estado, patrocinado pelo Poder Legislativo e pelo Poder Judiciário, converteu-se para mim em convocação da Paraíba, à qual não poderia me furtar. Por outro lado, se a minha missão é de receber e saudar o preclaro Ministro Antônio de Pádua Ribeiro, Digníssimo Presidente do Superior Tribunal de Justiça, só uma força inquebrantável poderá me impedir de comparecer.

A alteza do Ministro Antônio de Pádua Ribeiro, do qual tenho a alegria e a sorte inconsútil de ser colega e amigo, como presidente de uma Corte Suprema do país e a relevância do tema sobre o qual fará erudita exposição – A Reforma do Poder Judiciário – impõe-me, forçosamente, ao apresentá-lo ao povo paraibano, aqui representado por integrantes de poderes constituídos, o desbordar do lugar-comum que seria, como sói

acontecer, a mera leitura de parte do seu *curriculum vitae*, com os elogios de praxe, exaltando sua cultura jurídica e os seus dotes de magistrado iluminado pela áurea do saber.

Seria dizer pouco, ou dizer nada ante a potestade daquele que, obviamente, chefia o Judiciário brasileiro, porquanto o Superior Tribunal de Justiça, ao qual preside com sabedoria e equilíbrio, é tribunal superposto jurisdicionalmente aos demais órgãos judiciários - nas órbitas federal e estadual - em todo território nacional.

Senhor Presidente, Ministro Pádua Ribeiro, do Superior Tribunal de Justiça, sempre que se pretende reformar o Estado ou qualquer de seus Poderes, o homem terá de ser o centro ou o seu próprio objeto. Não é preciso repetir que o homem não foi feito para o Estado, mas o Estado para o homem. O Estado, aliás, é uma abstração, o Estado real é o homem. São os homens que, vocacionados a viver em sociedade, reúnem-se indiretamente ou, através de representantes, organizam e estruturam o Estado, traçando regras de convivência e os direitos fundamentais de cada um ou de todos, geralmente, inscritos num instrumento denominado de Constituição.

A Reforma do Estado, ou de um dos seus poderes, visa ao homem, que no dizer de São Tomás de Aquino é *a obra mais perfeita da criação*, talvez inspirado no filósofo Protágoras para quem *o homem é a medida de todas as coisas*. Prevalente esse pensar sociológico já no tempo de antanho, preconizado pelos sábios, os que tiverem responsabilidade de executar a reforma não de se despir dos preconceitos, esquecendo os interesses pessoais. O espírito público é que tem que balizar todo o desenvolver da Reforma do Judiciário. Se necessário a supressão, substituição ou redução de competências de um ou de alguns tribunais ou juízes, que se determine; se conveniente a extinção ou criação de tribunais, que se execute; se urgente a criação de juízes, que se providencie. A reforma tem como destinatário o povo e não objetiva premiar, senão acidentalmente, aos juízes ou aos membros dos demais Poderes. A justiça há de atingir a todos, sobretudo ao mais simplório e ao mais desprotegido.

No Brasil desta década agravam-se as condições sociais. As dívidas interna e externa, empobrecendo o país, sangram as suas parcas reservas com o pagamento de juros altíssimos e em quantias elevadas, situação que se pretende compensar com a instituição de impostos cujos percentuais penalizam, sobretudo, os servidores públicos. Empobrecida a Nação, a violência, o desemprego e a miséria a levam à beira do colapso.

Com esse estado de coisas, se as assimetrias sociais aumentam, crescem ainda mais nas regiões Norte e Nordeste. Se alguns toleram, e até aplaudem, a ordem econômica neoliberal, estudiosos de todos os matizes a denunciam como uma desordem selvática a necessitar ser substituída por uma nova ordem econômica que possa contemplar os chamados de “excluídos”.

A idéia de um mundo globalizado pelas práticas do mercado livre e pelo sonho de uma reprodução internacional da sociedade americana, como afirmei em outra oportunidade, citando o professor John Gray, brilhante pensador contemporâneo, além de errada, vai produzir crises e caos. A menos que passe por uma reforma radical, a economia mundial corre o risco de se desmoronar numa representação trágica e farsesca das guerras comerciais, das desvalorizações competitivas, colapsos econômicos e distúrbios políticos. A adoração do mercado pela direita vem da mesma cepa que o mito socialista de esquerda.

Ambos trabalham com a utopia de um mundo nacional iluminado, eficiente e sem fronteiras.

A utopia do mercado livre e da globalização não teve o custo humano do Comunismo. Com o tempo, poderá rivalizar com ele no sofrimento que impõe. (palmas)

Partindo desses princípios, que são verdades consumadas, não haverá reformas do Estado ou do Judiciário, sem que preceda a preocupação com a questão social, com a opressão social que parece ir de par com o desenvolvimento capitalista; não haverá reforma sem que tenha por objetivo principal a participação social e política dos cidadãos e dos grupos sociais, com o desenvolvimento comunitário, a ação coletiva e os movimentos sociais.

Eminente Ministro Antônio de Pádua Ribeiro, perdoe-me a digressão, mas que entendi necessária, especialmente no momento em que vivemos, dramático e que chama a atenção de todos os homens, de todas as autoridades, de todos aqueles que detêm qualquer resquício de autoridade nesta Nação. Como frisei acima, apresentá-lo às autoridades do meu Estado e ao povo paraibano exige muito mais do que a proclamação de que Vossa Excelência é doutor em Direito e que já exerceu cargos de Ministro do Tribunal Federal de Recursos, Ministro do Superior Tribunal Eleitoral, Procurador da República, professor de Direito Civil e de Direito Administrativo, Corregedor-Geral da Justiça Federal, além de ser jornalista profissional e jurista consumado, com obras escritas, opúsculos e artigos publicados em revistas diversas. Aqui, Vossa Excelência é bem-vindo. Confesso, com a lealdade de sempre, que não estaria aqui se não reconhecesse seus méritos, o seu perfil de juiz honesto, austero e dinâmico.

Ao cruzar os umbrais do Superior Tribunal de Justiça e ao conhecê-lo, alimentei, desde logo, empatia por Vossa Excelência, pela sua lhanza no trato e educação esmerada. Mas foi durante as sessões da Corte Especial e da 1ª Seção, a que ambos pertencíamos, que tracei o seu perfil de juiz: cordato, educado, entusiasta, equilibrado, intuitivo e culto. Na 1ª Seção, Vossa Excelência, nas questões jurídicas mais complexas e difíceis, era a nossa salvaguarda. Não nos tranquilizávamos, os demais juízes, na discussão das matérias mais relevantes, antes de ouvirmos a opinião firme e sábia de Vossa Excelência, o timoneiro experiente que nos inspirava com os seus consertos, a sabedoria de suas lições e a facilidade e a clareza com que se expressava.

Vossa Excelência, Senhor Ministro, encarna todos os predicamentos e virtudes inerentes ao juiz, da independência à cultura jurídica.

A Paraíba é sua, pelo menos por alguns dias. Dispensando-me de ler o seu currículo para lhe dar um abraço respeitoso, como veneração ao juiz que honra a sua toga.

Seja bem-vindo, nobre Ministro, a palavra, agora está com Vossa Excelência.

Nós e o povo paraibano ficamos no aguardo e ansiosamente esperando para ouvi-lo.

Era o que eu tinha a dizer. (palmas)